

Pioneiros: convergências e divergências na interpretação dos ideais de Educação e Sociedade

Dílson Passos Júnior

Professor do Centro UNISAL - Lorena
Mestrando em Educação da Universidade
de São Francisco Bragança Paulista-SP

*A Escola constitui instrumento de controle social
que plasma o caráter nacional.*

Anísio Teixeira

*A reforma integral na Educação
pressupõe mudanças na estrutura social.*

Paschoal Lemme

Introdução

Os fatos que emergem no cotidiano da História são causados por processos complexos. Não basta à História apenas catalogá-los num certo período de tempo ou num determinado espaço geográfico, mas, sobretudo, interpretar os processos que os fazem irromper. O fato, enquanto fato, é episódio momentâneo e fugaz. Mas as forças profundas que o geram só são perceptíveis pelo processo de reflexão, de análise e de conjunção de fatores. A concentração de fatos semelhantes permite ao pesquisador supor que nascem de um mesmo substrato, seja político, social ou econômico. A estas “forças profundas” o Marxismo chamará de infra-estrutura¹ e suas manifestações de superestruturas, sendo estas, nada mais que o resultado natural destas “forças subterrâneas”. Para melhor delinear estes fenômenos, realiza-se um recorte de tempo que permite aglutinar num mesmo “espaço histórico-temporal” fatos que emergem de um “substratum” comum. O homem comum percebe os fatos sem conectá-los logicamente. O observador superficial percebe a relação, de superfície, entre os fatos. Somente o pesquisador-cientista percebe os processos profundos que os geram

e que os fazem emergir para a temporalidade do momento histórico. Tais “recortes” e delimitações temporais nos ajudam na posse do processo gerador dos fatos, organizando assim nosso conhecimento, sistematizando-o, caracterizando-o, tornando-o científico. Todo grande fato histórico é resultado de um processo, que, entendido nas forças que o organizam, nos faz compreender não só o fato histórico em si, mas o próprio processo que o gera. No estudo da História alguns episódios, delimitados num determinado período, sinalizam forças que, não sendo visíveis, interferem no nível temporal do cotidiano. É importante perceber que tais fatos, aglutinados e percebidos por uma ótica profunda, nos sinalizam o tipo de forças que estão escondidas no substrato do cotidiano. Assim cabe à historiografia, ao interpretar os fatos, perceber suas injunções com o substrato da História.

A década de 20 é um desses recortes que caracteriza uma época. As sucessões de fatos, desta década, têm sua origem nas décadas anteriores e projetam-se nas décadas seguintes. Entender as forças que fizeram emergir fatos significativos ² é entender as ações que foram ou serão tomadas na superfície temporal da história. Alguns fatos são exemplares de fortes convulsões do substrato social. O historiador não procurará como fim o fato superficial, momentâneo e fugaz, mas procurará se apossar das forças geradoras do mesmo.

O Manifesto dos Pioneiros em 1932 é um fato que possui sua raiz nos processos econômicos e sociais da década anterior. Aliás, essa década terá fatos que sinalizam em nível de superfície crises no interior da sociedade. No Brasil, o poder econômico e político das oligarquias está em declínio. Esse declínio não é apenas motivado por uma decadência econômica³, mas também pela emergência de novas classes sociais⁴ urbanas, em contraposição às camponesas e de proprietários rurais. E ainda que no Brasil exista um arremedo de democracia, a força dessas classes vai aos poucos se firmando. O Brasil não é mais um espaço de relações entre senhores e escravos. A primeira guerra mundial incrementa aqui a industrialização. Paulatinamente vai se formando uma classe média, ao lado de crescentes classes industrial e operária. O mundo oligárquico vai

perdendo terreno, as estruturas econômicas até então montadas, não vão se sustentando. À crise do café se opõe a emergência de um mundo urbano semi-industrial. As sinalizações de ruptura com as elites nascem desde a década de 10 com fatos que mostram a insatisfação com a situação existente. A década de 20 assiste à passagem do mundo agrário e oligárquico para uma nova mentalidade de busca de modernização do país. A quebra da bolsa de Nova York em 1929 representa a total desestabilização dos países satélites dos Estados Unidos. A crise das oligarquias até então no poder se torna visível no golpe de 30. Elites regionais assumem o poder central.

É nesse contexto que um grupo de pensadores vai amadurecendo a idéia segundo a qual é de situações mais profundas que nascem insatisfações, fatos e episódios de superfície. Mas do que tentar descrever os fatos do cotidiano, procuram entender em profundidade os problemas da época, tentando diagnosticar as causas dos problemas vividos pela sociedade de então.⁵

1. Década de 20 e seu contexto histórico

A década de 20 é marcada por fatos que representam uma mudança significativa na sociedade brasileira. É um período em que as classes populares começam a se manifestar, isso, desde a década de 10.⁶ Os anos 20 estão marcados pela crise do modelo econômico, político e social do Brasil. Há um significativo aumento populacional urbano, com Rio de Janeiro e São Paulo assumindo características de metrópoles, com indústrias com significativo crescimento.⁷

Ano	Número de fábricas	Número de Operários
1889	900	54.200
1907	3.120	149.000
1914	7.430	154.000
1920	13.430	275.000
1930	18.800	450.000

A classe dominante agrária, paulista e mineira, se apodera do poder central deixando em segundo plano as oligarquias regionais. Organiza-se uma burguesia industrial e financeira com o fortalecimento da classe média e do operariado. Migrantes italianos incrementam a luta por direitos sociais com idéias baseadas em conceitos anarquistas, socialistas e comunistas. O movimento tenentista apesar de sua crítica ao sistema social vigente carece ainda de propostas claras para o Brasil. Há o desejo de um novo Brasil sem as mazelas das elites dominantes. Ainda que sendo crítico, tal movimento não foi capaz de elaborar uma proposta objetiva de mudança social. Em 22 a Semana de Arte Moderna representou a ruptura com os padrões estéticos das elites, tendo sido promovida pela pequena burguesia. Era um movimento de contestação aos modelos clássicos, e ainda que sendo no campo da arte, possuía todo um valor simbólico enquanto ruptura com os valores da classe dominante.

O desgosto com a monotonia literária e com o acanhamento da criação artística vai justificar a busca de novas formas e a experiência de outros caminhos. Essa inquietação literária ganha corpo na Semana de Arte Moderna. De São Paulo o modernismo parte e conquista adeptos em outros pontos. A nosso ver, não se tem atribuído ao movimento o significado que tem. A observação ligeira tem visto nele apenas o lado extravagante, exótico, a busca de originalidade, algumas atitudes, quando o modernismo, além de caricaturar os cânones artísticos da literatura, na música e nas artes plásticas, fez muito mais. Ele tem toda uma filosofia de revisão da vida brasileira. Além de zombar dos convencionalismos artísticos e políticos, de mostrar a ingenuidade do ufanismo ou vacuismo da bacharelise, lança nova estética, bem mais rica e lúcida que a anterior. (...) Mário de Andrade pôde dizer com justeza, (...) que “manifestando especialmente pela arte, mas manchando

também com violência os costumes sociais e políticos, o movimento modernista foi o prenunciador, o preparador por muitas partes, o criador de um estado de espírito nacional.⁸

A Revolta do Forte de Copacabana, as colunas Paulista, Rio Grandense e Prestes são algumas das sinalizações de insatisfação da sociedade. A crise de 29 acaba por atingir fortemente a sociedade brasileira, precipitando a queda do governo com a Revolução de 30. Serão novos grupos que irão assumir o governo do país.

Essa década de mudanças tem, no seu interior, intelectuais que entendem que o país deve se organizar rompendo com elites e abrindo um novo espaço, com e para o povo. É um aglomerado de primeira hora e que se auto-denomina de “Pioneiros da Educação”, porque pretendem ser os reconstrutores de um novo Brasil a partir da Educação popular. Querem oferecer uma base ideológica na passagem do Brasil arcaico, primitivo, feudal e monocultor para um Brasil moderno, atual, que responda às necessidades dos tempos. Essa junção de pensadores de matizes variados só é possível porque não existe nenhum foro de reflexão mais significativo. Acreditam na educação das massas, como o grande meio para mudar a sociedade. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova é a grande bandeira dos signatários que querem deixar o passado e ingressar na modernidade, com a integração de todos nos novos tempos, com oportunidades iguais. A década de 20 possui fatos históricos que demonstram o aparecimento na sociedade de novos atores que não são a elite. Os signatários querem uma ruptura com o passado e o ingresso do Brasil na modernidade.

(...) a educação nova não pode deixar de ser uma reação categórica, intencional e sistemática, contra a velha estrutura do sistema educacional, artificial e verbalista, montada para uma concepção vencida. Desprendendo-se dos interesses de classe, a que ela tem servido, (...) ela

se organiza para a coletividade em geral, reconhecendo a todo o indivíduo o direito de ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independentes de razões de ordem econômica e social.⁹

A intelectualidade esclarecida da época intui a necessidade de reformas significativas, de mudanças e de nova mentalidade. Esse grupo de jovens intelectuais crê na necessidade de passar do arcaico para o moderno, romper as amarras do passado para a construção do futuro. Esses jovens irão se aglutinar no *Manifesto dos Pioneiros* em 32, quando defenderão que a mudança do Brasil deve passar pelo resgate da classe popular através da educação, como meio de recuperar sua dignidade, resgatando-a do obscurantismo em que vive.

2. Reflexões sobre a Realidade a partir da Década de 20

Vive-se num mundo de mudanças de paradigmas. Em nível internacional a Alemanha, unificada tardiamente, busca na guerra um meio de se expandir para garantir mercados para sua produção industrial. Na Rússia o socialismo propõe um novo modelo de sociedade como resposta aos anseios do operariado. Movimentos totalitários começam a se formar. O Brasil também vive seus momentos de instabilidade histórica. A greve de 1917 lembra que existe uma classe querendo direitos, a pequena classe média se insurge, com movimentos muito mais românticos que eficazes. As oligarquias vivem sua decadência econômica frente ao mercado internacional. É dentro deste contexto que muitos intelectuais se questionam sobre os caminhos da sociedade brasileira, procurando trazer respostas a uma época de mudanças. Quando em 32 Fernando Azevedo procura, através do *Manifesto dos Pioneiros*, conscientizar a sociedade para o problema educacional, consegue reunir um grupo de pensadores, de personalidades e jornalistas que sentem a importância desse momento na luta em torno da questão da Educação. Na falta de associações

significativas, o “Manifesto” acaba por ter signatários de matizes bastante diferenciados, mas que em bloco se uniam para contestar o passado, o arcaico, o ultrapassado e para apontar possibilidades do futuro, que acreditam, passaria pela educação. Só no correr do tempo se poderá verificar que esta unidade foi muito mais circunstancial do que de princípios unificados. Nesse momento contava mais contestar que propor. Não que não tenha havido proposições. Existiram, mas estavam ainda envoltas na névoa das incertezas. Era antes de tudo necessário derrubar o *status quo*. Aliás, é um fato rotineiro na história, quando um inimigo comum costuma aglutinar até desafetos em vista da vitória. É na paz posterior à consolidação de posições que as diferenças se fazem visíveis. É interessante notar que o ardor deste primeiro momento é por muitos intelectuais relido após os anos 30. Fazem então uma leitura mais sofisticada, elaborada e até mais idealizada dos primeiros momentos em que se teorizava menos e se agia mais. O fato é que contestava-se o mundo arcaico, escravista, de senhores fazendeiros, de elites. Via-se então na educação o meio de se libertar a sociedade, de fazer o Brasil sair do atrasado, recuperar o tempo. E o meio de realizar isso seria a escola pública, universal e laica. As mudanças só seriam conseguidas com a elevação das classes populares, através da educação.

Entre os muitos signatários do Manifesto destaco dois por polarizarem suas posturas. O primeiro, Anísio Teixeira, teve significativa atuação junto à educação, tendo tido grande repercussão no meio político e educacional. Suas obras ainda hoje são objeto de estudo e reflexão. O segundo, Paschoal Lemme, seja por sua postura pessoal e seu pensamento político, foi deixado num segundo plano, não apenas em nível de pensador como em publicações. Poucas editoras lhe deram espaço e algumas obras suas permaneceram mimeografadas. Mas ambos, unidos pelo ideais de contestação e proposições iniciais do manifesto de 32, tomaram posições. Apesar de visões opostas, Anísio e Lemme, se mantiveram discordâncias no campo de ação, cultivaram profundo respeito um pelo outro. As diferenças de propostas devem ser entendidas nas matrizes diferenciadas que inspiraram os dois pensadores.

3. Educação e sociedade

Com o início da década de 20 dicotomiza-se o Antigo e o Moderno. De fato, mais que uma divisão didática, este período apresenta modificações econômicas, sociais e políticas que representam a passagem para um novo período. Os Intelectuais são interpelados pela realidade e sentem-se desafiados a dar respostas, procurando no âmbito educacional não apenas propor modificações, mas incrementá-las com o poder que possuíam quando ocupavam postos-chave na administração pública. O entendimento da sociedade e de seus processos, de seu “substratum” e de sua dinâmica passa a ser fundamental para elaborarem um itinerário educativo. As propostas apresentadas nascem de uma interpretação de sociedade, da realidade e das necessidades que o povo então possui.

3.1. Sociedade e Educação a partir da ótica de Anísio Teixeira

Anísio Teixeira possui, como pensador, significativa influência de John Dewey, de quem foi aluno nos Estados Unidos. Egresso dos austeros claustros jesuíticos pôde deslumbrar-se frente a uma América que vivia uma significativa euforia econômica e social. A visão a distância fez com que visse nossa realidade arcaica sob o contraste de uma sociedade moderna, democrática e rica. O contraste ainda foi maior quando confrontou os métodos de ensino do escolanovismo com o modelo jesuítico com seu estilo monástico, clássico e tradicional. Anísio pôde atribuir a modernidade dos Estados Unidos a uma poderosa e eficiente máquina de educação. O progresso dos Estados Unidos mais destacava o arcaísmo do Brasil caboclo, dos sertões, onde uma grande massa de população vivia alheia ao estudo, frente a uma elite, que tendo acesso à educação, ainda que nem sempre eficiente, tinha a possibilidade de manter o seu poder. A única forma de vencer o arcaísmo, de ganhar tempo, seria a educação. E Anísio sentia que a grande massa de nossa população estava alijada dos bancos escolares, impossibilitada de ascender a estratos sociais superiores.

Reflete-se na Educação esse dualismo substancial, com a manutenção desde a independência, de dois sistemas escolares. Um, destinado à formação da elite, compreendendo a escola acadêmica e as escolas superiores, mantido sempre sob o controle do governo central, rígida e uniformemente, imposto a toda a nação. Outro, destinado ao povo, e na realidade à classe média emergente, compreendendo escolas primárias e escolas vocacionais, sob o controle, desde de 1834, dos governos provinciais e locais e mais tarde, com a confederação, dos governos de Estado. Os dois sistemas eram separados (...).¹¹

Vislumbrava que a educação era o meio de se superar o atraso, de ganhar tempo, de vencer o arcaico. E isso deveria ser realizado pelo método da escola nova. A Igreja, os fazendeiros e a tradição eram elementos que emperravam o progresso. Os privilégios eram obstáculos históricos que impediam o crescimento das populações marginais. O Brasil trazia consigo a marca pesada da colonização portuguesa.

Quatro séculos e meio após a descoberta, essa obscura e desabusada colonização oferece-nos um quadro dividido: parte do hemisfério norte definitivamente conquistado e organicamente integrado em duas nações, de origem anglo-saxônica, nascidas com a Reforma, a liderarem nesta parte do planeta, a revolução democrática e a revolução científica, e, abaixo do Rio Grande, a América Latina a bracejar por se encontrar por si mesma. (...) nem o espanhol e nem o português que aqui aportaram traziam propósitos de criar, deste lado do Atlântico, um mundo novo. Encontraram um mundo novo, que planejaram explorar, saquear, e assim enriquecidos, voltar à Europa. Viana Moog, comentou, em páginas definitivas, o “sentido predatório” da aventura sul-americana, em contraste com o “sentido orgânico” da formação norte-

americana. (...) o mundo novo dos americanos ia ser criado. O novo mundo dos espanhóis e portugueses iria ser saqueado.¹²

O português com sua colonização ultrapassada, com sua mentalidade medieval e da Contra-Reforma, tinha sido a fonte de nosso atraso. Era preciso recuperar o tempo, e isso só seria possível mediante a educação e a tecnologia. A educação seria o instrumento para superar o arcaísmo do Brasil. E, para realizar uma educação eficiente, era necessário que ela fosse aberta a todos com possibilidade de crescerem.

Anísio Teixeira teve seu nome reconhecido como um pensador e um ativista no campo da Educação. Não apenas elaborou teorias, mas procurou, no âmbito do governo, incrementá-las. Concebia o Estado como o grande mentor da Educação e para isso era necessário ativar a máquina governamental na realização desse processo. Percebendo um Brasil que tinha de recuperar o tempo perdido, entendia que isso seria realizado através da “aceleração do Tempo”.¹³

... A contradição principal a ser superada seria a do subdesenvolvimento. Para tanto seria necessário romper a cadeia imobilizadora construída entre o imperialismo e o latifúndio. Esta cadeia mantinha o tempo histórico em descompasso permanente. Existiam no país estratos temporais, os mais diversificados. Quanto mais próximo do latifúndio, mais indiretamente tocado pela alienação estrangeira, e, portanto, mais parado no tempo, no arcaico; tempos diferentes coexistindo(...) a situação peculiar do Terceiro Mundo, ou seja, o fato de possuir contradições básicas ainda não resolvidas, tornava o trabalho uma necessidade histórica. Qual trabalho? Acima de tudo o trabalho industrial, o trabalho investido do poder de acelerar o tempo; o trabalho capaz de disseminar a técnica como cultura social”.¹⁴

Anísio crê que é preciso entender nossa história para que se possa realizar uma efetiva interferência sobre ela. Para ele somente o entendimento do nosso passado nos faculta a intervenção em nossa realidade. Como educador, porém, unifica o itinerário histórico com a educação. Inicialmente fala do conceito da “duplicidade” de nossa colonização. Esse conceito, comungado pelos pioneiros, entende que nossa história foi, no seu processo colonizador, dual. Isso marcará profundamente nossa cultura. Assim cristianismo e riqueza, fé e império, religião e ouro, foram facetas do nosso processo colonizador.¹⁵

Nascemos, assim, divididos entre propósitos reais e propósitos proclamados. A essa duplicidade dos conquistadores seguiu-se a própria duplicidade da sociedade nascente, dividida entre senhores e escravos, dando assim ao contexto social do continente recém-descoberto o caráter de uma anacronismo, mesmo em relação à Europa, na época, em plena renovação social e religiosa (Reforma Protestante).¹⁶

Nossa colonização foi frágil, pois os que aqui estiveram foram predadores e como tais não construíram de fato uma nação. O saque, o pilhamento foi a forma de exploração de nossas regiões. “Os brasileiros eram portugueses nostálgicos.”¹⁷

Ora, tal duplicidade de colonização se fez presente também na Educação, onde se polarizaram elites e povo. A educação foi o reflexo e a reprodutora desse sistema de colonização. As escolas serviram para perpetuar essa forma de educação onde, mais que se educar, se preservavam os privilégios. Assim o sistema escolar implantado, ou como prefere Anísio, transplantado para o Brasil, garantiu a perpetuação dessa situação de dualidade. Assim, a Educação fornecida pela escola está de tal forma articulada, que se ministre o mínimo possível de saber para os pobres, para que possam manter apenas sua funcionalidade na sociedade, e, para as classes superiores, garanta-se uma formação elitizada.¹⁸ A escola não possui

uma finalidade utilitária, mas “ginásticas mentais” que “ajudam” a pensar. Como o Brasil sempre se constituiu numa sociedade de classes, ainda que tenha mudado o sistema de governo, a educação sempre esteve voltada para as elites. No período colonial os jesuítas cuidaram da educação das elites e dos clérigos; no período imperial ela esteve voltada para a classe nobre, e na república para os filhos dos grandes proprietários. O sistema escolar, ainda quando reformado, mantém a dualidade:

E foi deste modo surpreendente e paradoxal que se abriu o caminho para a expansão escolar descompassada, que se processou no país nos últimos trinta anos... de um lado passamos a ter a escola secundária regularmente uniforme e rígida, de caráter acadêmico, e portanto, aparentemente fácil de fazer funcionar, com o privilégio de escola de passagem para o ensino superior (...) e de outro o sistema público de educação – a escola primária, a escola normal, o ensino técnico-profissional – sem nenhum privilégio especial, valendo pelo que conseguisse ensinar e não assegurando nenhuma vantagem, nem mesmo de passar para outras escolas.¹⁹

Anísio entende que o processo escolar está muito longe de sua finalidade proclamada. A Escola deve dar uma resposta que, corresponda às reais necessidades do país. Ela é o grande instrumento de democracia, e somente ela é capaz, através do processo da educação, de romper com a dualidade existente na História do Brasil. Portanto, professa uma fé incondicional no poder da Educação, que, sendo realizada com práticas democráticas dentro da Escola, educa também para a democracia. A sociedade que iniciou significativas mudanças na década de 20 terá na escola pública o grande instrumento de transformação da sociedade.

É a isso que afinal chegamos, em face da consciência que hoje temos de que o homem será o que dele fizerem a sociedade e a educação escolar. A sociedade demo-

crática só subsistirá se produzir um tipo especial de educação escolar, a educação escolar democrática, capaz de inculcar atitudes muito especiais e particularmente difíceis, por isso que contrárias a velhas atitudes milenárias do homem. Terá que inculcar o espírito de objetividade, o espírito de tolerância, o espírito de investigação, o espírito de ciência, o espírito de confiança e de amor ao homem e da aceitação e utilização do novo – que a ciência²⁰ a cada momento lhe traz – como um largo e generoso sentido humano²¹.

Neste texto Anísio professa a sua crença na Escola como entidade formadora global do homem. Crê que nela se realizará não só a construção de um novo homem, mas de uma nova sociedade. Essa idéia é também bem expressa no texto seguinte:

Escola através da história constitui instrumento de controle social, de manutenção do tipo e qualidade de sociedade dominante aceita. Daí dizer-se que plasma o caráter nacional, que difunde uma cultura geral, que não é geral, mas forma específica da cultura dominante do país, além de treinar os educandos para certo tipo de ocupação, o que faz, entretanto, dentro do espírito e das peculiaridades da sociedade.²²

Após uma análise crítica da sociedade brasileira, Anísio define a Escola como a grande responsável pelo “aceleramento do tempo” e ruptura com o mundo arcaico. Para que isso aconteça, porém, cabe ao Estado garantir uma reeducação universal, laica e pública. O que prevalece, porém, para nós em especial é a crença de que a Escola é o espaço de construção da sociedade, seja rompendo com erros do passado, seja construindo uma nova mentalidade. Esta “teorização” de Anísio foi assumida por ele em todos os momentos em que esteve presente na vida pública tentando sempre aplicá-las na educação.

3.2. Educação e sociedade sob visão de Paschoal Lemme

Paschoal Lemme parte de uma outra matriz, tendo por base o pensamento marxista. Para ele, dentro da ótica marxista, a pobreza do Brasil está apoiada num sistema de opressão pelas elites. A riqueza das elites é feita pela exploração das massas trabalhadoras que são expropriadas de suas forças pelo poder do capital. O modo de produção determina a organização da sociedade, fazendo que as instituições sejam fruto do sistema econômico que as gerou. A Religião, o Estado, a Escola são superestruturas oriundas do modo de produção.

A conclusão é pois óbvia: tudo o que não visa à transformação do sistema social que condiciona a distribuição das oportunidades de educação e ensino é atividade superficial, marginal, quando não coincidentemente divisionista, criadora de ilusões ou grosseiramente demagógica, como a “revolução pela escola” de certos governadores eleitos pelos equívocos da classe média atemorizada. E, em certo sentido, mesmo que se queira ficar no terreno da técnica pedagógica, que constitui o antolho de muitos educadores, está-se apenas aumentando os privilégios dos já privilegiados, e, ainda que possa repugnar à consciência dos educadores, na prática está-se escarnecendo daqueles milhões de espoliados e servindo aos aproveitadores da “farsa democrática” que é o regime em que vivemos.²³

Também Lemme é crítico do sistema implantado no Brasil querendo a ruptura como o sistema arcaico de exploração. Anísio, talvez por suas funções públicas, é mais discreto nas suas críticas à Igreja, já Lemme vê nela um elemento que travancou o progresso. Se Anísio e Lemme realizam uma constatação semelhante da realidade do Brasil, as propostas de solução para o diagnóstico feito são totalmente diferentes, isso se devendo ao fato de que ambos possuem concepções oriundas de matrizes diferentes, e, portanto, é

natural que também as propostas de soluções se diferenciem em sua aplicação. Lemme logo se afastará dos pioneiros, por perceber que sua proposta diverge na ação do modo da atuação deles. O *Manifesto dos Inspectores fluminenses* já denota isto, onde se percebe a matriz marxista de modo inequívoco. Continua a receber o respeito dos pioneiros, mas não partilha do projeto de reconstrução nacional. Para ele o caminho é outro. É solidário nas críticas ao sistema passado, mas não nas propostas de reconstrução do Brasil. Apresenta repulsa pelo modelo americano.

A verdadeira igualdade de oportunidade para todos, em matéria de acesso à Educação e à cultura, continua sendo o grande sonho da “democracia” americana, uma vez que a desigualdade econômica entra, necessariamente, como consequência, a desigualdade de acesso à Educação e à cultura. Essa é a grande ilusão de muitos educadores que é preciso desde logo esclarecer: somente uma sociedade verdadeiramente democrática pode proporcionar educação completamente democrática, ou melhor, não há educação democrática sem sociedade democrática. O caráter da Educação resulta do caráter da sociedade que a administra e não o contrário, como ainda hoje pensam muitos educadores e pessoas mais ou menos prevenidas.²⁴

Somente a partir da década de 80 Paschoal Lemme obteve o reconhecimento da comunidade acadêmica, chegando a ser homenageado com o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Federal Fluminense.²⁵ Seu itinerário, porém, de pensador foi pouco reconhecido. Poucos espaços lhe foram abertos para publicações e divulgações de suas idéias.

A situação de intelectual de esquerda, fora dos quadros do partido comunista, e, de educador renovador “convertido” ao marxismo deixou Lemme numa posição de relativo isolamento o que dificultou não só a

divulgação de sua obra, como o aprofundamento marxista entre os educadores de sua geração (...). Foram grandes as resistências que enfrentou ao tentar demonstrar aos seus pares a legitimidade de uma ação política explicitamente articulada ao campo da educação.²⁶

O fato é que Lemme terá uma área de ação restrita como Inspetor de Ensino do Estado do Rio de Janeiro. Irá alterar sua ação burocrática de Inspetor para uma ação de conscientização do professorado sob sua jurisdição. Ainda que sendo signatário do *Manifesto dos Pioneiros*, e tendo-os sempre respeitado e sido respeitado por eles, logo a seguir rompe com as concepções então expressas no manifesto onde se professava uma profunda fé no poder da Escola e da Educação, desde que bem direcionada. Em seu testemunho a Zaiá, diz:

A partir de 1933-1934 começou a se processar uma mudança na minha maneira de avaliar os problemas relacionados à Educação e ao ensino, áreas de minha atividade profissional: observando a realidade, fui chegando à conclusão que as idéias que defendíamos de uma educação (e ensino) como um “bem” que deveria ser usufruído por todos dentro do preceito de oportunidades iguais, só podem ser alcançados em uma sociedade igualmente democrática. Ou dito de outra maneira, educação e ensino não seriam os fatores fundamentais das transformações sociais. Isso não significava porém, que deixasse de considerar todo o movimento de renovação escolar que se processou, a partir da década de 20, como um grande esforço, no sentido da modernização da educação e do ensino, em relação ao que existia antes. Não posso concordar, pois, com uma certa corrente de “esquerda” que pretende considerar esse movimento como amortecedor da ‘luta da classe operária’ por uma educação e ensino de acordo com os seus interesses de classe.²⁷

Nesse testemunho Lemme demonstra que sua crença na reformulação da sociedade passa pela luta de classes, pela reformulação política da sociedade em que a escola é apenas uma superestrutura emanada do modo de produção econômico, e portanto, ela mesma incapaz de modificações sociais estruturais.

A Educação passa a ser percebida como um fenômeno da superestrutura que, como tal, em linguagem marxista, não teria autonomia que o manifesto dos pioneiros a ela conferia.²⁸

Lemme concorda com os pioneiros e com o próprio Anísio Teixeira na duplicidade da história do Brasil. A leitura-diagnóstico da realidade, a “grosso modo”, é idêntica, ao menos na sua interpretação enquanto fenômeno. Mas, na sua leitura mais profunda, coloca a ótica marxista da luta de classes e do modo de produção como determinantes das superestruturas sociais.

Desde que compreendera os limites da escola na transformação social, tornou-se cético a respeito das potencialidades sociais das reformas educacionais. Permaneceu fiel, entretanto, aos princípios que deveriam nortear a política da Educação, que eram os mesmos defendidos pelo manifesto dos pioneiros da Nova escola: educação pública, gratuita, leiga para todos com responsabilidade do Estado.²⁹

Por outro lado, enquanto Anísio vê na cultura americana um modelo de organização social e educacional, Lemme entende os Estados Unidos dentro de uma ótica imperialista.

Para Lemme, dentro de um lógica marxista, a fonte de mudanças sociais está no povo, que é a única entidade capaz de mudanças estruturais dentro da sociedade. Assim Paschoal entende que a reforma do Ensino não é um projeto apenas de uma elite de pensadores, mas envolve toda a sociedade, e “em especial do magistério em exercício, ao processo de renovação.”³⁰ Trata-se de

“integrar segmentos mais amplos da população no projeto de reconstrução educacional, o que significa criar condições “materiais” para essa participação (creches, caixas escolares, plano mais equitativo de distribuição de escolas).”³¹

Conclusão

Anísio e Paschoal se colocam em pontos diametralmente opostos. O primeiro propõe a mudança da sociedade através da Educação. Ela é o grande elemento salvador da sociedade. Será na Escola³² que o Brasil dará sua arrancada para o futuro. Há uma incondicional crença na educação como transformadora da realidade social. A democracia não é ensinada na escola, ela é apreendida quando vivida no ambiente escolar. Aprende-se democracia, vivendo-a.

Lemme entende a Escola apenas como uma superestrutura da sociedade capitalista. Não deixa de empenhar-se pelo seu êxito, mas sabe que ela não possui força de transformar a sociedade, já que a vê como um produto do sistema econômico. Somente a mudança da infra-estrutura é que se poderá reformar a superestrutura. Apresenta como modelo as escolas da Albânia e da Rússia, que no seu parecer, são resultados do sistema comunista implantado naqueles países. Vê nesses países a realização de uma verdadeira educação, no sentido marxista, porque alteraram antes de tudo as bases da sociedade (infra-estrutura econômica) e portanto a educação é também reformulada (superestrutura). É sua grande convicção de que somente a mudança social poderá gerar a mudança da escola, já que essa, como superestrutura, está atrelada à aquela.

Num país em profundas mudanças estruturais, seja no campo econômico, seja no campo político, quando tantas mudanças se realizam na década de 20, fazendo eco às mudanças estruturais do mundo, a presença de um grupo de pensadores que tenta teorizar a Educação, não deixa de ser significativa para o Brasil. A educação até então fora obra da Igreja que a organizara, que lhe dera forma e conteúdo.

Não se registra, em todo período, nenhum sentimento de deficiência de escolas. Somente depois da expulsão dos jesuítas, é que o problema se põe, com as dificuldades de implantação da reforma tentada pelo Marquês de Pombal, e a resistência oferecida aos novos professores régios vindos da metrópole pelos pais e alunos, habituados aos professores locais formados pelos jesuítas. A Educação era tarefa da Igreja e não do Estado e, na colonização do Brasil, a Igreja se fizera força formadora da sociedade local muito mais dominante e poderosa que a do Estado, que somente com Pombal se faz força independente em seus propósitos de influência educacional.³³

A reforma pombalina e as escolas régias seguiram o modelo da Igreja. Indubitavelmente esforços existiram no sentido de teorizá-la como escola não jesuítica, mas suas bases e valores escolásticos permaneceram. A revolução industrial representou um novo modo de ver o mundo, apresentou novas necessidades e novos desafios.

É felizmente para isso que marchamos, à medida que a mentalidade da nação, sob o impacto das mudanças sociais e da extrema difusão de conhecimentos da vida moderna, vem, gradualmente, substituindo seus conceitos educacionais, ainda difusos, pelos novos conceitos técnicos e científicos, e apoiando uma reconstrução escolar, por meio da qual se estabeleça para os brasileiros a oportunidade de uma educação contínua e flexível, visando prepará-los para a participação na democracia, e para a participação nas formas novas de trabalho de uma sociedade economicamente estruturada, industrializada e progressiva.³⁴

Aos poucos a inadequação entre o estudado e a vida se fez gritante. As rígidas categorias mestre-discípulo não foram suficientes para manter a educação tradicional. Se a escola não mudava, mudava o mundo, com a indústria, com o surgimento da

classe operária, com uma imprensa cada vez mais aberta ao povo, com a necessidade de formação técnica, com as lutas por direitos sociais das classes oprimidas. A escola, por sua própria natureza, tende a ser tradicional e resguardar o passado como dado intocável. Ora, os pensadores que emergem nesse momento histórico, questionam o passado e propõem um novo modelo para os bancos escolares. As mudanças em estruturas tradicionais são difíceis e dolorosas. No Brasil a reflexão sobre uma sociedade arcaica, confrontando-se com uma sociedade moderna, que quer superar o passado, dar espaço às classes emergentes, conquistar direitos antes negados às classes inferiores, permite o surgimento do Manifesto de 32. Sua importância está mais em conglomerar e dar visibilidade a pessoas que pensam a Educação no Brasil. Os signatários possuem diferenças significativas de pensamento e de cosmovisão de mundo. São oriundos de diversas frentes filosóficas. Mas reúnem-se num bloco que lhes dá visibilidade.

Enquanto para Anísio Teixeira a Escola “constitui instrumento de controle social (...) que plasma o caráter nacional”³⁶, para Paschoal Lemme, “A reforma integral na educação pressupõe mudanças na estrutura social”³⁶. Ambos Intelectuais, reunidos no mesmo *Manifesto dos Pioneiros*, são uma amostragem das diferenças ideológicas dos diversos signatários. O *Manifesto* foi antes de tudo “um lugar de encontro”, um espaço aberto para aglutinar pensadores insatisfeitos com as estruturas injustas do país. Jamais porém reúnem-se numa escola em sentido estrito. São todos denunciadores de uma situação existente.

O desencontro ideológico entre Anísio e Paschoal é significativo a partir das matrizes adotadas. O primeiro apresenta o modelo americano como exemplo a ser seguido. Vê os Estados Unidos como modelo de sociedade, que, se bem que não deva ser copiada, é inspiradora de um processo de transformação social com seu modelo de escola. Paschoal Lemme tem na Rússia³⁷ e na Albânia³⁸ o modelo de sociedades que passaram a gerenciar bem a educação porque implantaram uma reforma da sociedade nos moldes marxistas. Anísio crê na educação como força transformadora da

sociedade, Paschoal acredita que é a sociedade que possui a força de transformar a Escola.

Hoje os ideais de ambos encontram-se comprometidos. A escola pública está sucateada. Ela é espaço de deseducação da juventude. O privado prevalece sobre o público, não só no campo educacional, mas nas dimensões de saúde, segurança, estradas etc... o Estado tem-se manifestado ineficiente em cuidar da coisa pública...

Anísio Teixeira e Paschoal Lemme são apenas duas amostragens de diferenças significativas entre os signatários do Manifesto de 32. Enquanto Anísio professa uma crença na Educação como transformadora da realidade social, para Lemme é a sociedade que irá transformar a escola. O âmbito, portanto, de ação desses dois pioneiros realiza-se em campos completamente diferentes. Para um no banco escolar. Para outro no enfrentamento político-social entre opressores e oprimidos...

Notas

¹ No conceito marxista o *modo de produção* é determinante para a formação da superestrutura, que são as diversas formas de Instituições sociais, que *sempre se configuram* à infra-estrutura econômica.

² A década de 20 apresenta alguns fatos que são sintomas de um descontentamento e de uma ruptura com os valores do período. Podemos enumerar a Semana de Arte Moderna, a Revolta do Forte de Copacabana, a Coluna Prestes, o Movimento Tenentista... são fatos que servem de amostragem de processos de contestação.

³ O Brasil amplia sua dependência econômica com os Estados Unidos. Açúcar, borracha, mate e cacau, sequer estavam controlados pelo mercado. O café mantém e até amplia sua produção de modo artificial até o crack da bolsa de Nova York em 1929. Cf. FRANCO, Hilário. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1980, p. 294 – 299.

⁴ Burguesia industrial e classe operária.

⁵ Anísio Teixeira, por exemplo, entende que a causa do nosso atraso e arcaísmo está no modelo da colonização portuguesa. Para ele, ela é a responsável do nosso atraso.

⁶ Neste período pode-se citar alguns episódios que manifestam uma inicial presença de grupos intervindo na história do Brasil: são episódios que manifestam a luta entre facções oligárquicas, com o surgimento de grupos de oposição dentro do exército e a queda de várias oligarquias regionais. Também alguns movimentos de cunho tipicamente popular ou nascidos dessas camadas são episódios que passam a ter significado do surgimento de novas mentalidades e de uma classe popular emergente. Podem ser citados os episódios: A revolta da chibata, movimento liderado pelo marinheiro João Cândido no dia 22 de novembro de 1910; em 1913 a “política das salvaçãoes” com a derrubada de numerosas oligarquias estaduais; em 1914 a derrota dos “revoltosos do Contestado”; em 1917 as greves operárias contra a carestia, desemprego e baixa dos salários. Esses episódios representam o enfraquecimento das oligarquias e a crescente presença das classes operária e média.

⁷ CARONE, Edgar. *A República Velha: Instituições e Classes sociais*. São Paulo: Difel, 1972, p. 70 e 86.

⁸ IGLÉSIAS, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981, p. 133.

⁹ Manifesto dos Pioneiros, In: XAVIER, Nacif Libânia. *Para além do Campo educacional*. Bragança Paulista: CEDAPH, 2002, p. 91.

¹⁰ Muitas publicações que realizam a análise dos fundamentos do Manifesto de 1932 foram feitas após esta data, nas décadas seguintes. Elas procuram recuperar o pensamento e os ideais da época. Tanto Anísio Teixeira quanto Paschoal Lemme procuram expressar, aprofundar e mesmo criticar o ideário então elaborado.

¹¹ TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 89.

¹² TEIXEIRA, Anísio. *Educação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 264 e 265.

¹³ Cf. FREITAS, Marcos César. *História, Antropologia e Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez, 2001.

¹⁴ TEIXEIRA, 1976, p. 98.

¹⁵ Cf. TEIXEIRA, 1976, p. 261.

¹⁶ TEIXEIRA, 1976, p. 265.

¹⁷ TEIXEIRA, 1976, p. 265.

¹⁸ Pierre Bourdieu fala de um “capital simbólico” da língua como sendo uma forma de se manter a dominação sobre as classes inferiores. Segundo

ele o importante não é o que se aprende, mas o estudo, mesmo de coisas inúteis, mas que perpetuam o sentido de uma classe que é detentora do poder simbólico da palavra, e, portanto, preserva seus privilégios.

¹⁹ TEIXEIRA, 1976.

²⁰ Idéia de John Dewey sobre a escola nova.

²¹ TEIXEIRA, Anísio. *Educação é um Direito*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 32.

²² TEIXEIRA, 1976, p. 285.

²³ LEMME, Paschoal. *Memórias 3*. Brasília: INEP, 1989, p. 83.

²⁴ LEMME, Paschoal. *Educação Democrática e Progressiva*. São Paulo: Editorial Pluma, 1961, p. 21.

²⁵ Cf. BRANDÃO, Zaia. Paschoal Lemme, marxista e pioneiro da Educação nova, in: FREITAS, Marcos César de. *Memória Intelectual da Educação Brasileira*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

²⁶ Ibidem, p. 54.

²⁷ Ibidem.

²⁸ Ibidem.

²⁹ BRANDÃO, Zaia. *A Intelligentsia Educacional, um percurso com Paschoal Lemme*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

³⁰ Ibidem.

³¹ Ibidem.

³² Entendida aqui a Escola Nova.

³³ TEIXEIRA, 1976, p. 291.

³⁴ TEIXEIRA, 1976, p. 183.

³⁵ TEIXEIRA, 1976, p. 198.

³⁶ Cf. LEMME, 1989, p. 141.

³⁷ Cf. LEMME, 1989, p. 143.

³⁸ LEMME, Paschoal. *Memórias 5*. Brasília: INEP, 2000, p. 161.

Referências bibliográficas

- BRANDÃO, Zaia. *A Intelligentsia Educacional* - um percurso com Paschoal Lemme. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.
- CALDEIRA, Jorge. *Viagem pela História do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2.000.
- CARONE, Edgar. *A República Velha: Instituições e Classes sociais*. São Paulo: Difel, 1972.
- FREITAS, Marcos Cezar de. *Memória Intelectual da Educação brasileira*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.
- _____. *História, Antropologia e a Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *Álvaro Vieira Pinto: A Personagem Histórica e Sua Trama*. São Paulo: Cortez, 1988.
- FRANCO, Hilário Jr. *História Econômica Geral e do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1980.
- IGLÉSIAS, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- LEMME, Paschoal. *Memórias 3*. Brasília: INEP, 1989.
- _____. *Memórias 5*. Brasília: INEP, 2000.
- MAGALHÃES FILHO, B. B. de. *História Econômica*. São Paulo: 1979.
- PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação Não é Privilégio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- _____. *Educação é um Direito*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- _____. *Educação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- XAVIER, Libânia Nacif. *Para Além do Campo Educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 1932*. Bragança Paulista: CEDAPH, 2002.